



CREF7/DF-GO-TO

Seccional Goiás incentiva atividade física e esportes

A Seccional Goiás (CREF7/DF-GO-TO) realizou campanha de incentivo à prática de atividades físicas e esportes, durante os Jogos Pan-Americanos (entre 13 e 29 de julho).

Entendendo que neste momento a atenção do público estava voltada para o esporte, estimulando a prática de exercícios físicos e esportivos, o objetivo da Seccional foi o de alertar a população para a importância da orientação profissional na prática de exercícios físicos e esporte.

“Estimular a população a procurar profissionais habilitados e locais adequados, onde são oferecidas atividade física e esportes, seja pelos poderes público estadual e municipal, ou pela iniciativa privada como clubes, centros esportivos e academias, foi a nossa preocupação”, explicou o Presidente da Seccional Rubens dos Santos Silva.

Outra meta de ações como esta é conscientizar, autoridades e empresários de que estimular a prática de exercício físico e esporte no trabalho é investimento. Ou seja, diminui os gastos com doenças, melhora a qualidade de vida e aumenta a produtividade nas empresas.

“A atividade física sem orientação ou mal-orientada pode surtir efeitos prejudiciais à saúde que aparecem em curto, médio ou longo prazo. Os malefícios podem ir de uma simples dor muscular até a morte súbita. Portanto, é importante buscar a orientação de um Profissional de Educação Física”, ressaltou o Presidente.

Segundo informações da Seccional, ainda existem cerca de 230 academias e similares clandestinos, em todo estado. So-

mente em Goiânia e Anápolis, 184 estabelecimentos receberam fiscalização da Seccional, entre os meses de janeiro e junho deste ano. Todas estas visitas foram realizadas em parceria com o PROCON Estadual, mas várias empresas ainda insistem em manter-se às margens da lei. “O risco de praticar exercício físico nestes estabelecimentos é muito alto, além disso, o usuário não tem nenhuma garantia de seu direito de consumidor do serviço. Muitas vezes, os ambientes são em locais improvisados, sem arejamento, com equipamentos precários e sem a devida manutenção. A grande maioria mantém leigos ou acadêmicos de Educação Física em situação de “quase escravidão”, sem contrato ou carteira de trabalho assinada”, denuncia o Prof. Rubens.

A relação e o endereço dos estabelecimentos irregulares já foram entregues à Delegacia do Consumidor. As que não tinham alvará de funcionamento ou sanitário foram encaminhadas para a Prefeitura. O Conselho pretende, a partir deste trabalho, interditar e iniciar processo judicial contra tais estabelecimentos e falsos profissionais.



A Seccional realizou um trabalho de sensibilização da população, para que solicite sempre o Certificado de Regularidade de Pessoa Jurídica do estabelecimento e a Cédula de Identidade Profissional de Educação Física do orientador. O apoio da imprensa para divulgação do conteúdo da campanha também foi solicitado. Malas diretas foram enviadas para órgãos públicos e empresas, estimulando a prática da ginástica laboral e de esportes.

Dez agentes de orientação e fiscalização, 44 mobilizadores e 32 divulgadores percorreram a capital e interior, durante o período dos Jogos Pan-Americanos, levando a mensagem.